

JOGO TRADICIONAL: PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL

Elizara Carolina Marin

Universidade Federal de Santa Maria

Brasil/RS

elizaracarol@yahoo.com.br

Resumo

Trata-se de um trabalho de cunho teórico que se propõe a discutir sobre o jogo tradicional, situá-lo como patrimônio material e imaterial da humanidade e ilustrar a partir de processos de salvaguarda realizadas no Brasil.

Palavras-chave:

Jogo Tradicional; Patrimônio Material; Patrimônio Imaterial

Introdução

Este trabalho se propõe a discutir sobre o jogo tradicional, situá-lo como patrimônio material e imaterial da humanidade e ilustrar a partir de processos de salvaguarda realizadas no Brasil. Foi realizado por meio de pesquisa teórica, que conforme Demo (2000:20) dedica-se “a conhecer quadros teóricos de referência, realizar discussões e reconstruir teorias, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos”.

Sobre o jogo e o jogo tradicional

O jogo é parte da vida que cada pessoa conhece a partir do interno, da sua experiência, como bem lembra o filósofo Fink (2008). Não se trata de algo desconhecido, mas vivido, explorado e sentido, por cada um, individualmente e/ou coletivamente, sendo, portanto, universal.

No jogo há sempre algo em movimento, quer sejam objetos, instrumentos ou brinquedos, quer sejam palavras, pensamentos, gestos ou corpos. Envolve

tanto a esfera material quanto a simbólica; tanto o concreto quanto o imaginário, que configuram, caracterizam e permitem a ocorrência do jogo.

No que tange aos jogos tradicionais, vale recorrer ao sentido etimológico da palavra “tradição”. Vem do latim *traditio*, *tradere* (composto por “tra” – outro – e “dere” – dar) e evoca o ato de “entregar”, de “transmitir” ao outro ou a outras gerações (Farias, 1962). E, toda a “transmissão” passa por uma operação criativa do ser humano, assinala Coutinho (2005). Se uma tradição é “objetivação”, “seleção”, “valoração”, “interpretação” e “afirmação” do acervo cultural legado pelo passado, ela é sempre ressignificada. Dessa maneira, a tradição é sempre “práxis criadora”, é vida pulsante, dinâmica, presente nas práticas cotidianas de um grupo (Marin e Stein, 2015).

Como produção cultural, os jogos tradicionais expressam o passado e o presente, o espaço e o tempo, a geografia e os costumes, a flora e a fauna, o simbólico e o material, num movimento ininterrupto de apropriação e de ressignificação. Circulam através da oralidade e repetição pelos membros de um grupo ou de uma coletividade, conferindo a socialização de um saber. Nesse processo, os jogos e seus instrumentos estão sujeitos a acréscimos e omissões derivados dos mecanismos da memória e do esquecimento, das condições materiais do entorno e dos jogadores envolvidos.

No instrumento do jogo – o princípio de funcionamento – conserva traços gerais, todavia a imaginação articulada com as ferramentas e materiais a disposição modificam formas, tamanhos, consistência, durabilidade...

No âmbito interno do jogo os jogadores buscam experimentar de novo, mas sempre haverá algo que sai do controle, que desestabiliza e que provoca reelaborações, no interstício de uma jogada e outra, ou de um encontro e outro – circunscrevendo um movimento de revisar, aprimorar, sentir e conviver, sem conquanto chegar a finitude ou a totalidade. No jogo há sempre a promessa de um devir – daí também advém o fato de ser tão interessante.

Sob este enfoque, entendemos que a polissemia de termos – jogos populares, jogos regionais, jogos autóctones, jogos ancestrais, brincadeiras tradicionais, brincadeiras populares, entre outros – podem contribuir para especificar sentidos do jogo, quem joga, como joga, onde joga. Todavia, se tais termos

tratam de jogos que fazem parte do passado, transmitidos (e reinterpretados) de geração em geração – por qualquer faixa etária – reconhecido e alimentado no cotidiano de uma coletividade, de forma voluntária e anônima, podemos dizer que estes são jogos tradicionais.

Por suposto, este legado é, em grande medida, gestado pelos povos tradicionais – indígenas, quilombolas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, caiçaras, sertanejos, caboclos, entre outros – que vivem no contexto de origem ou que migraram para as cidades e que estabelecem ligação com o lugar.

O Jogo tradicional como patrimônio material e imaterial da humanidade

No contexto mundial observa-se um movimento recente – e, diga-se, lento – de pensar o jogo tradicional e autóctone (entre outras manifestações culturais gestadas pelo povo) como patrimônio.

Segundo Funari e Carvalho (2005:34) a noção de patrimônio advém etimologicamente da concepção de “herança paterna”. Esse termo nas línguas românicas, deriva do latim *patrimonium* faz alusão à “propriedade herdada do pai ou dos antepassados” ou “aos monumentos herdados das gerações anteriores”.

Nas últimas décadas do século XX a aceção de patrimônio se ampliou. Da definição de sítios arqueológicos, obras de arte, monumentos, conjuntos arquitetônicos e objetos de um determinado segmento social – em geral, representantes do poder econômico e político¹ – estendeu-se aos diversos modos de viver, formas de linguagem, festas, danças, gastronomia, jogos, entre outros.

A ampliação derivou, em grande medida, das fortes pressões externa à Europa que força a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a pensar no patrimônio imaterial – diz-se de expressões, práticas, representações que identificam a cultura de um povo, transmitidas

¹No contexto brasileiro, o antropólogo Arantes (2004), que assumiu a presidência do [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional](#) (IPHAN) no período de 2004 a 2006, destaca sobre a resistência, no contexto social e político, em aceitar o fato de que a cultura brasileira é constituída a partir da contribuição de diferentes grupos sociais. A visão hegemônica é do patrimônio branco, católico, europeu, representado pelas edificações do período colonial.

entre as gerações, a exemplo de rituais, festas, danças, ritmos, e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades, explicam Pelegrini e Funari (2013).

E, nesse interim, países da América Latina assumiram papel de protagonistas para mudanças deste cenário, solicitando a defesa do patrimônio cultural tradicional das comunidades. Destaco os seguintes movimentos: a *Carta de Machu Picchu* (1977); a *Declaração do México* (1982); a *convenção relativa à proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* da Bolívia (1972); e, no Brasil, na década de 1980, com a eclosão de movimentos sociais e suas crescentes pressões na esfera pública permitiu revisão de diferentes temas, tais como a de patrimônio, desencadeando na constituição de 1988 a ampliação da legislação incluindo bens tangíveis e intangíveis.

Em 2000 no Brasil, via Decreto federal 3551, elaborado pelo do [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional](#) (IPHAN), localizado no Ministério da Cultura, funda o Programa Nacional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, iniciando uma dinâmica inspirada numa percepção antropológica de cultura colocando em marcha um processo de proteção de patrimônio imaterial, antecipando-se às disposições da UNESCO, cuja aprovação da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial ocorreu em 2003 (Pelegrini e Funari, 2013).

Na prática explica Arantes, em entrevista concedida a Labate e Goldstein (2009), diferenciou-se os instrumentos de proteção a serem utilizados para a salvaguarda do patrimônio imaterial. No caso do patrimônio material, utiliza o termo *tombamento*, que implica na manutenção ou conservação física de determinado bem patrimonial. No caso do patrimônio de natureza imaterial, que é vivo e dinâmico, utiliza-se o termo de *salvaguarda*. Arantes assinala que, uma das melhores definições sobre o patrimônio imaterial foi dada pela Indiana KapilaVatsyayan, numa reunião em Nova Déli, em que afirmava que o patrimônio imaterial ao invés de ser conservado deve ser *nutrido*. Ou seja, o papel do Estado, ao identificar uma manifestação cultural como um bem de interesse patrimonial, é contribuir para que as condições de sua realização

sejam garantidas, “nutridas”, incluso com as suas variantes e transformações no decurso do tempo.

O Estado passa a ser mais um ator do processo cultural, criam-se responsabilidades entre as partes – comunidades e Estado, pois o patrimônio imaterial não está reduzida na música, na dança, no jogo e seus instrumentos, mas envolve um determinado grupo social executando a música, dançando e jogando que precisa de proteção. Fundamentalmente, destaca Arantes (2004:17), “o cabedal que envolve as gerações de praticantes de determinada arte ou ofício é algo mais geral do que cada peça produzida ou executada. Envolve linguagem verbal, gráfica, cênica; arte e artimanhas; habilidades, repetições e tentativas; passado e presente; visões de mundo coletivas e difusas”. Nesse sentido, os principais desafios que se colocam para a salvaguarda, segundo Arantes (2004) é: garantir condições materiais de existência dos povos – a exemplo das terras indígenas, imperiosamente avassaladas; garantir políticas de valorização dos artesãos, agricultores, pescadores, dentre outros; estimular novos aprendizes; realizar registros e constituir acervos do patrimônio; garantir a participação ativa das comunidades envolvidas nos inventários; estabelecer interação efetiva entre gestores e comunidade.

A diversidade cultural oriunda das diferentes etnias que compõem o Brasil coloca uma complexidade para o registro e a proteção do patrimônio disperso no imenso território, assinala Pelegrini (2006a). Aliado ao processo dos encaminhamentos e decisões de natureza técnicas dos especialistas e, fundamentalmente, de natureza política.

Cabe destacar ser recente o reconhecimento dos jogos, de seus materiais e instrumentos (brinquedos) como patrimônio cultural na América e no mundo (por exemplo, os primeiros museus específicos de jogos e brinquedos no Brasil datam da década de noventa). Ainda mais recente (Séc. XXI), o reconhecimento dos jogos como patrimônio cultural imaterial. Da lista da

UNESCO, destaque o “*Chovkan*” da República do Azerbaijão², inscrito em 2013; o Rito e jogos de tiro de corda realizados em países da Ásia (Camboja, Filipinas, Vietnã e República da Coreia)³; e a Roda de Capoeira realizada no Brasil, foi inscrita em 2014⁴.

A Roda de Capoeira, no Brasil foi inscrita no Livro de Registro das Formas de Expressão⁵, em 2008. Trata-se de uma manifestação cultural de herança africana e recriada no Brasil, onde se expressam simultaneamente o canto, o toque dos instrumentos, a dança, os movimentos, o jogo, a brincadeira, os símbolos e rituais. Derivada de uma ampla investigação entre os anos de 2006 e 2007 culminou num inventário dessa manifestação da cultura e definiu-se como uma conquista que expressa a história de resistência negra no Brasil, durante e após a escravidão.

Consoante ao exposto anteriormente, decorreu do registro formal da capoeira como patrimônio imaterial, a adoção de medidas de suporte material à comunidade capoeirística, explicita Pelegrini (2008), como por exemplo: plano de previdência para os velhos mestres; criação de um Centro nacional de Referência da Capoeira; plano de manejo da madeira (a biriba) utilizada na construção dos instrumentos, entre outros. Ou seja, decorre tanto o reconhecimento dos mestres como detentores de saberes cruciais para a continuidade da Capoeira quanto a consecução de projetos de sustentabilidade ambiental e artesanal para construção dos instrumentos.

As experiências no Brasil indicam, como assinala Pelegrini (2006b), que os cuidados com o patrimônio implicam um trabalho de identificação, classificação, contextualização, conhecimento orientado por especialistas, que,

2 Trata-se de um jogo equestre praticado entre duas equipes com objetivo de empurrar uma bola ao campo adversário sobre o cavalo. Disponível em: <https://ich.unesco.org/es/USL/chovkan-juego-ecuestre-tradicional-a-lomos-de-caballos-karabajos-en-la-republica-de-azerbaiyan-00905>

3 Jogo e rito praticado em comunidades tradicionalmente cultivadoras de arroz como rito de um novo ciclo e a fim de propiciar colheitas abundantes. Conforme: <<http://www.unesco.org/culture/ich/es/RL/ritos-y-juegos-del-tiro-de-cuerda-01080>>

4 Reconhecido em 2014, conforme: <<http://www.unesco.org/culture/ich/es/RL/el-circulo-de-capoeira-00892>>

5 Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/66>. Pesquisa realizada em 24.05.2017

todavia, só adquire ressonância e sentido quando ocorre em sintonia com a coletividade produtora, isto é, se estiver relacionado a um sentimento de pertencimento.

Tais experiências têm se constituído num instrumento para salvaguardar a produção dos povos e para o fortalecimento do sentimento de identidade, do saber-fazer e de pertencimento.

O que está em pauta é pensar, a luz de Pelegrini (2008) e Arantes (2004), que a valorização do jogo como patrimônio torna imperiosa a atenção e ação dos especialistas e gestores em relação: a catalogação, ao registro, a constituição de acervo, ao diálogo entre especialistas e comunidades, e, fundamentalmente, em relação a garantir de condições materiais das formas de produção, de desenvolvimento e de transmissão dos conhecimentos, visando, inclusive, a adesão e formação de novos jogadores e artesãos.

Além das ações legais para a patrimonialização dos jogos demanda avivar a consciência do valor cultural dos modos de viver dos povos e da produção decorrente. Significa assinalar que as associações locais, estaduais e continentais, os pesquisadores, os artesãos, os jogadores, os museus, entre outros, envolvidos com os jogos tradicionais e autóctones são fundamentais para o reconhecimento destas práticas culturais.

Referências

Arantes, A. A (2004). O patrimônio imaterial e a sustentabilidade de sua salvaguarda. *Revista Resgate*, 13,11-18. Recuperado de: <http://www.funceb.org.br/pdf.html>.

Coutinho, E. G (2005). Os sentidos da tradição. In.: Raquel PAIVA; Alexandre Barbalho (Orgs.). *Comunicação e cultura das minorias*(pp.219-235). São Paulo: Paulus.

Demo, P (2000). *Metodología do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas.

Farias, E (1962). *Dicionário Escolar Latino-Portugues*. MEC.

Fink, E (2008). *Oasi del gioco*. Milano: Raffaello Cortina Editore.

Funari, P. P.; Carvalho, A. V. de (2005). O patrimônio em uma perspectiva crítica: o caso do Quilombo dos Palmares. *Diálogos, Maringá: Departamento de História e Programa de Pós-graduação em História da UEM*, 9(1), 33-47.

Recuperado de: <http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=viewArticle&path%5B%5D=175>

Marin, E. C.; Stein, F. (2015). Jogos tradicionais e manifestações coletivas: relações de conflito entre tradição e modernidade. *Revista Pensar a Prática*, Goiânia, 18(4), 995-1008. Recuperado de: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/33983>

Pelegrini, S. C. A. (2006a). Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. *Revista Brasileira de História [online]*. 26(51), 115-140. Recuperado de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000100007

Pelegrini, S.C. A. (2006b). O Patrimônio Cultural no discurso e na Lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. *UNESP – FCLAs – CEDAP*, 2(2), 54-77. Recuperado de: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/37/445>

Pelegrini, S.C. A. (2008). A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade. *História [on-line]*, 27, 45-173. Recuperado de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742008000200008

Pelegrini, S.C. A., funari, P.P. (2013). *O que é Patrimônio cultural Imaterial*. São Paulo: Brasiliense.

Labate, B.C. &Goldstein, I. A. (2009). From Dangerous Drug to National Heritage: An Interview with Antonio A. Arantes. *International Journal of Transpersonal Studies*, 28, 53-64. Recuperado de: <http://www.bialabate.net/texts/ayahuasca-como-patrimonio-imaterial-da-cultura-brasileira>